



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA

— ABRA —

Fundada em 20 de setembro de 1967

Senhora Presidenta,

Os técnicos, pesquisadores, acadêmicos e estudiosos em geral da questão agrária brasileira que integram a ABRA manifestam o respeito da entidade à história de Vossa Excelência.

A Associação Brasileira de Reforma Agrária subscreve o documento que lhe foi entregue pelos movimentos sociais do campo. Assim, compartilha das avaliações dessas entidades a respeito da persistência do quadro secular de desigualdades no campo, originários das anomalias estruturais que impedem condições autônomas de vida digna para centenas de milhares de famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o país, e que conspiram contra um projeto virtuoso de desenvolvimento econômico brasileiro.

À luz desse quadro, de forma fraterna e honesta a ABRA aproveita esta oportunidade para destacar um aspecto de dimensão fundante dessa dura realidade.

No Brasil se mantém a absoluta passividade do Estado e, em particular, dos governos, no disciplinamento objetivo do direito da propriedade amplo senso, mas em especial, nas áreas rurais.

A Constituição Federal de 1988 definiu de forma clara que o direito de propriedade não é absoluto. Que está condicionado à observância do cumprimento da função social. Porém, desde sempre, mas destacando o período a partir de 2003 quando o povo resolveu que chegara a hora de um governo democrático e popular, eis que a chancela política ao *status quo* combinada com as conhecidas fragilidades da gestão setorial, fulminaram as expectativas civilizatórias de revogação da apropriação privada do nosso território, sem limites ou responsabilidades públicas e sociais. Não é à toa que estimulados por esse quadro de frouxidão institucional os senhores do latifúndio, do agronegócio e também do mineronegócio articulados pelo capital financeiro internacional acuciam o governo e ignoram os ditames constitucionais 'investindo' de forma ostensiva e permanente pela subtração de áreas indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e pela desconstituição das áreas institucionalmente protegidas. Também não é por outra razão que capitais estrangeiros, sem qualquer limite ou controle se apoderam do território para um absurdo processo de acumulação pela apropriação dos nossos recursos naturais. Sequer conhecemos a extensão do nosso território sob o controle de estrangeiros. E isto, com a total omissão do governo na regulação da matéria atualmente submetida a uma legislação ultrapassada que jamais teve eficácia exceto para atender os interesses externos.

A frouxidão institucional que levou à propriedade sem fronteiras da terra no Brasil consagrou uma realidade de desigualdades que insulta o nosso país. Temos 131 mil grandes propriedades controlando 331 milhões de hectares esmagando 3.5 milhões de minifúndios totalizando 48 milhões de hectares.

E esta base fundiária anacrônica tem sido 'ignorada' por suportar um suposto caso de sucesso nacional, o agronegócio. Jamais um segmento tão danoso para o país obteve tanto estímulo dos governos brasileiros. De 2003 para 2012 somente os gastos

tributários com a agricultura empresarial saltaram de 680 milhões de Reais para cerca de 9 bilhões de Reais. Montantes igualmente bilionários de recursos do povo brasileiro mantêm as sistemáticas rodadas de renegociação de dívidas rurais. Tesouro e BNDES se perfilaram para financiar e subsidiar a concentração, centralização e desnacionalização de vastas cadeias do agronegócio. Todo o bilionário apoio do governo somado à leniência na apropriação abusiva do território, com o uso indiscriminado de agrotóxicos, liberação dos OGMs à revelia do princípio da precaução, etc. Para que?

No segmento de cereais que reúne alimentos essenciais da dieta alimentar o Brasil apresenta o pior desempenho entre os países do Mercosul, exceto Venezuela, conforme os dados da evolução do índice correspondente de Produção Líquida per capita, de 1990 a 2011, calculado pela FAO.

De 2009 para 2013 as nossas importações de feijão terão aumentado de 110 mil toneladas para 400 mil toneladas. Em 2012 importamos mais de 1 milhão de toneladas de arroz. As importações brasileiras de trigo saltaram de 5.6 milhões de toneladas em 2009 para 7.2 milhões em 2012.

De 1990 para 2011, as áreas plantadas com alimentos básicos como o arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. As de produtos nobres do agronegócio exportador como a cana e soja aumentaram 122% e 107%. No estado de São Paulo, a área com cana ocupa 75% da área total plantada com culturas temporárias e ainda assim o país enfrenta crises sistemáticas na oferta do etanol.

Enfim, são estes os resultados dos investimentos bilionários do governo no agronegócio ora sentidos com os fortes impactos dos alimentos no repique inflacionário e com as severas ameaças à segurança alimentar em nosso país. Comemoramos a supersafra de mais de 180 milhões de toneladas, mas omitimos que praticamente 50% desse volume são de soja em grande parte destinada para alimentar animais na China e Europa.

Senhora Presidenta, o povo está nas ruas para expressar a sua indignação com o vasto leque de mazelas acumuladas em nosso país em que pese os inegáveis avanços na mitigação da miséria com os programas sociais. A leitura inteligente desse fato social espontâneo, que não pode ser subestimado, recomenda a imediata ruptura com as forças do atraso que supostamente contribuem para dar sustentação política ao governo de Vossa Excelência.

Somente com essa ruptura o governo de Vossa Excelência poderá reorientar as suas prioridades orientando-as para a satisfação das demandas populares. No caso do agrário, a revogação de vários dispositivos da Medida Provisória nº 2.183, a imposição prática dos limites constitucionais para a propriedade da terra e para a sua distribuição mais equânime, e ainda, a adoção de políticas diferenciadas para a agricultura camponesa, tanto na matriz tecnológica quanto para a sua viabilização enquanto protagonista da produção de alimentos saudáveis para a população brasileira constituíram ações estratégicas que convergiram a sua administração para um futuro digno e soberano para o Brasil.

Tenha certeza que o povo estará nas ruas para lhe apoiar!

Brasília, em 05 de julho de 2013.

Gerson Teixeira  
Pela Direção da ABRA